

TUCUNDUVA / RS  
CAPITAL DA LAVOURA MECANIZADA  
TERRA DO MÚSICO

MUNICÍPIO DE TUCUNDUVA  
Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de Tucunduva**  
Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, às \_\_\_\_hs \_\_\_\_min.  
Servidor \_\_\_\_\_ Ass. \_\_\_\_\_

## ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2020

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para Execução da Obra de Pavimentação Asfáltica (capeamento) na Professor Antônio Barella (Via Pública Urbana) no Município de Tucunduva/RS, através dos Contratos de Repasse nº 893358/2019 junto a Caixa Econômica Federal e contrapartida do Município.

**RECORRENTE:** CARPENEDO & CIA LTDA CNPJ: 95.818.399/0001-29.

**RECORRIDO:** Comissão Permanente de Licitação do Município de Tucunduva.

**CONTRARRAZÕES:** Não Apresentadas

### RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente contra decisão da Comissão Permanente de Licitações, a qual inabilitou a empresa CARPENEDO & CIA LTDA CNPJ: 95.818.399/0001-29 tendo em vista o seguinte ponto:

- Apurado índice de liquidez instantânea abaixo do estipulado no edital (no caso 0,948, quando esperado índice mínimo  $\geq 1$ )

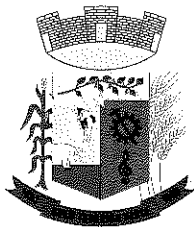
### JULGAMENTO

Considerando a lei federal 8666/93, no *caput* do art. 41:

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. (grifo nosso)*

E no *caput* do art. 44:

*Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei. (grifo nosso)*



**TUCUNDUVA / RS**  
CAPITAL DA LAVOURA MECANIZADA  
TERRA DO MÚSICO

**MUNICÍPIO DE TUCUNDUVA**  
Rio Grande do Sul

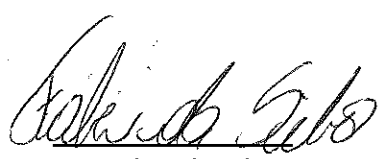
E após deliberações, decidiu-se por maioria pela **inabilitação** da empresa, tendo como exceção o membro da Comissão Sr. Fabior André Dorosz, que solicitou o registro em ata de sua decisão de habilitar a empresa pelo seguinte motivo: O índice de endividamento da empresa é 0,247, onde o máximo é 1,0 e a liquidez corrente e geral da empresa estão muito superiores ao exigido.

Assim em reunião realizada em 24/06/2020 pela CPL, ante o exposto e procurando atender aos princípios constitucionais e princípios básicos da lei geral de licitações, decide-se por CONHECER do recurso apresentado pela recorrente e, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo assim a decisão de **INABILITAR** a recorrente.

Contudo, conforme legislação vigente, fazemos subir os autos, à autoridade superior, Sr. Prefeito Municipal, para decisão final.

Tucunduva/RS, 24 de junho de 2020.

  
Marcos Sonza  
Presidente CPL

  
Fabio da Silva  
Membro Titular CPL

  
Fabior André Dorosz  
Membro Titular CPL